

ASSUNTO: VISÃO ESTRATÉGICA PARA O PLANO DE RECUPERAÇÃO ECONÓMICA DE PORTUGAL 2020-2030

PRIMEIRA ABORDAGEM ANMP

I. ENQUADRAMENTO

Tendo em vista a elaboração do Programa de Recuperação Económica e Social (PRES) para os próximos 10 anos, foi apresentada no dia 21 de julho p.p., a Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030.

O documento com 142 páginas foi elaborado pelo Prof. António Costa Silva, nomeado pelo Governo como coordenador dos trabalhos de preparação daquele Programa, e pretende constituir um referencial para o modelo de desenvolvimento do país num contexto pós-Covid.

Importante notar que o modelo conceptual proposto para o PRES assenta em 10 grandes eixos estratégicos, cada um materializado em propostas de investimento, muitas delas de interesse primordial para as autarquias e relacionadas com as suas atribuições e competências.

II. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA ESTRATÉGIA

A estratégia assenta em alguns princípios orientadores sobretudo relacionados com o papel do Estado e das empresas na recuperação económica e, bem assim, numa visão estratégica de médio/ longo prazo para a atração de investimento externo.

Defende-se que, para uma verdadeira recuperação, é indispensável que o Estado assuma uma natureza mais interventiva, não só nos serviços públicos e infraestruturas físicas e digitais, mas também para “acorrer à capitalização das empresas, ajudar no processo de reorientação das cadeias logísticas e de abastecimento, favorecendo a criação de condições para a reconversão das empresas e a reindustrialização do país”.

Assenta no reconhecimento de que as empresas são essenciais para a criação de riqueza e de prosperidade e de que, para isso, precisamos de empresas mais saudáveis, ajudá-las a solucionar os seus problemas de financiamento, sendo essencial que, em contrapartida, estas se comprometam a melhorar a sua gestão e aumentar a sua competitividade, a sua capacidade de inovação tecnológica e internacionalização.

Este papel mais interventivo do Estado no mercado deverá ser reduzido à medida que a economia portuguesa se torne mais saudável, não devendo o Estado substituir-se às empresas, mas antes contribuir para que estas operem, cresçam e compitam.

Em paralelo, o documento está sustentado numa visão de médio e longo prazo de aumento do investimento externo em Portugal, para reposição do seu *stock* de capital, baseada na valorização de recursos nacionais chave: (i) exploração de “recursos minerais estratégicos, como o lítio, o cobalto, o níquel, o nióbio, o tântalo e as terras raras”, existentes em Portugal mas escassos na Europa; e (ii) aposta no mar e em particular na Zona Económica Exclusiva (ZEE), com a extensão da plataforma continental.

Nesta visão, a atração do investimento externo é feita com base na criação de consórcios internacionais, desde que salvaguardando a preservação dos ecossistemas, a garantia da participação de empresas nacionais, das universidades e dos centros de investigação, de modo a “criar valor e riqueza no país, endogeneizar a tecnologia, promover o emprego e qualificar os recursos humanos nacionais”.

III. BREVE SÚMULA DOS 10 EIXOS ESTRATÉGICOS

1. Uma Rede de Infraestruturas Indispensáveis

No domínio dos ***transportes e mobilidade***:

- **Ferrovias**: concretizar os projetos em curso e modernizar a rede, destacando a ligação Sines-Madrid e a linha da Beira Alta; construir um eixo de alta velocidade Porto Lisboa para passageiros; ampliar a rede nacional de passageiros e mercadorias.
- **Marítimo-portuário**: solucionar os problemas/ desenvolver os portos de Leixões, Algarve e Lisboa; construir um terminal portuário de minérios em Sines; reconverter o porto da Praia da Vitória nos Açores numa estação para fornecer gás natural liquefeito; consolidar um *hub* portuário nacional polivalente.
- **Transportes públicos e mobilidade sustentável**: expandir a rede de metro de Lisboa e Porto; desenvolver sistemas de transportes coletivos em sítio próprio nas cidades de média dimensão.
- **Ligação aérea**: construir o aeroporto para a grande área metropolitana de Lisboa; assegurar que todo o país, em particular a região norte, onde há uma concentração elevada de empresas exportadoras, tenha uma cobertura adequada de ligações aéreas.

No domínio do ***ambiente e energia***:

- Ciclo urbano da água: reabilitar o *stock* de ativos; reforçar a resiliência dos sistemas de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e drenagem de águas pluviais (maior eficiência, otimização da capacidade instalada e aumento da adesão ao serviço, redução das perdas e controlo de infiltrações); transitar para uma economia circular e de baixo carbono, através do reaproveitamento dos recursos e subprodutos; intervir nos sistemas de saneamento mais debilitados especialmente em zonas de alta densidade populacional e forte presença industrial; descarbonizar o setor da água.
- Gestão de recursos hídricos: investir no sistema de gestão de aquíferos (informação, modelagem e simulação); regularizar os caudais do Tejo, através do aumento da capacidade de armazenamento do rio Ocreza.
- Gestão de resíduos: aumentar a circularidade da economia, apostando na redução de resíduos e no aumento da reutilização.
- Redes de energia: investir na rede nacional de transporte de eletricidade; modernizar a rede de distribuição, média e baixa tensões, acompanhando os desafios da digitalização, produção descentralizada e mobilidade elétrica; construir a rede de alta tensão que liga Ferreira do Alentejo ao Algarve; construir um gasoduto para a exportação de gases renováveis a partir de Sines; reforçar as interligações energéticas da Península Ibérica com França; concretizar a interligação elétrica a Marrocos.

2. A Qualificação da População, a Aceleração da Transição Digital, as Infraestruturas Digitais, a Ciência e Tecnologia

- Qualificação de adultos
- Apoio social a estudantes em todos os graus de ensino
- Requalificação e modernização das redes de escolas e formação profissional: com o objetivo de corrigir localizações segregadas, melhorar as condições de trabalho e estudo nos edifícios onde tal for necessário e ampliando as valências disponibilizadas e modernizar as infraestruturas tecnológicas.
- Rejuvenescimento do corpo docente e de formação de professores
- Transição Digital: estender a fibra ótica a todo o país; aumentar a literacia digital no sistema educativo, incluindo o apetrechamento tecnológico das escolas, das famílias, dos professores e dos formandos; investir na digitalização da Administração pública - promovendo a

modernização dos sistemas informáticos, a interoperabilidade e portabilidade, criando uma loja de cidadão virtual, reforçando o programa de qualificação o que inclui a reestruturação e reativação do INA, abarcando também a gestão do património do Estado e a rede diplomática e consular; investir na digitalização do tecido empresarial.

- Ciência e tecnologia: criar um plano de investimento nas universidades, politécnicos, centros de investigação e tecnológicos; criar um programa de capacitação dos centros tecnológicos e de investigação aplicada; reforçar o papel de Portugal como centro europeu de engenharia.

3. O Setor da Saúde e o Futuro

- Reforço do Serviço Nacional de Saúde: reforçar, em particular, o SNS, sendo essencial a conclusão da rede com os novos hospitais de Lisboa Oriental, do Seixal, de Évora, do Algarve, a requalificação do parque e da tecnologia hospitalar e a ampliação da Rede Nacional de Cuidados Continuados; dotar os centros de saúde de meios de diagnóstico em termos de radiologia e de colheita de análises, tendo em vista a redução da excessiva ida às urgências.
- Prevenção da doença: desenvolvimento de uma cultura nutricional e de atividade física, que deve ser pilotado pela rede de Centros de Saúde, e que comece nas escolas e se propague ao conjunto da sociedade.
- Biotecnologias da saúde: para apoiar e estimular as empresas inovadoras.
- Transformar Portugal numa “fábrica da Europa”: transformar o país num *hub* internacional em ciências da saúde, produzir medicamentos inovadores e dispositivos médicos inovadores, aumentar o número de patentes, reforçando o investimento em investigadores e na formação de novos quadros, atraindo para o país consórcios internacionais para o desenvolvimento clínico de novas soluções.
- Consolidação da fileira de *safety* e meios de proteção individual: aproveitar a resposta extraordinária dada pelas empresas portuguesas em tempo de crise, sendo importante rever o sistema de certificação para que as empresas possam exportar e consolidar uma nova fileira exportadora; explorar a capacidade as valências na metalomecânica ligeira e na indústria de moldes para, com base na impressão 3D e nas tecnologias digitais, criar produtos inovadores para os profissionais de saúde, da proteção marinha e da proteção civil.
- Infraestrutura nacional de terapia oncológica com protões: reconverter o Centro Nuclear de Sacavém e criar um polo de terapia oncológica com protões, baseado em Loures, mas cooperando estreitamente com Coimbra e Porto, e que deve ser integrado na rede de IPO de Lisboa, Porto e Coimbra.

4. Estado Social

- Recuperação do edificado devoluto para habitação social e para arrendamento a preços acessíveis: lançar, em articulação com as autarquias, medidas de estímulo à reabilitação de habitações devolutas para serem atribuídas a famílias/ pessoas carenciadas; promover um programa de gestão do património imobiliário do estado, para identificação dos imóveis passíveis de serem reabilitados e orientados para arrendamento social; reforçar os programas de arrendamento a preços acessíveis para a classe média, em particular para os jovens.
- Construção de habitação social: reforçar os programas existentes de construção de habitação social, com a participação das autarquias, inserida em meios residenciais existentes e não em territórios segregados.
- Ampliação e requalificação da rede de cuidados a idosos: construir uma rede de cuidados da população idosa, em colaboração com as autarquias e o setor social; identificar, requalificar e legalizar condicionadamente os estabelecimentos da rede existente.
- Apoio à manutenção de postos de trabalho e de criação de emprego social: reforçar programas de emprego social; manter e criar postos de trabalho mesmo que sem grande valor económico, mas de elevado valor social, a criar pelo Estado, central e local, mantendo-se os atuais sistemas de incentivos às empresas que se disponibilizarem para participar no programa.
- Apoio ao emprego no pós-pandemia: modelo transitório de incentivo ao emprego duradouro que cruze recursos de política ativa, isenções parafiscais e incentivos fiscais, articulando com programas de formação e qualificação.

5. A Reindustrialização do País – Uma Indústria Competitiva e de Futuro

- Cluster de engenharia de produtos e sistemas complexos com base nas tecnologias digitais: criar um cluster nacional que pode intervir de forma chave nas indústrias do mar, fileira da floresta, agricultura, construção naval, aeronáutica, tratamento e reciclagem de resíduos, mobilidade elétrica, setor energético, serviços, indústria transformadora e defesa.
- Cluster das Indústrias e da Economia de Defesa: reforçar o investimento neste cluster, porque é uma alavanca para o desenvolvimento tecnológico do país; criar um laboratório conjunto para reforçar as redes e as parcerias existentes; executar os investimentos previstos na lei de programação militar; valorizar e reforçar os investimentos no Alfeite.
- Cluster das renováveis: relançar esforços para atrair e estabelecer parte da cadeia produtiva de componentes tecnológicos necessários para a indústria das energias renováveis em

Portugal; permitir a hibridização dos espaços dos parques eólicos, autorizando a instalação de parques solares.

- Cluster do hidrogénio verde: promover uma nova fileira em torno do hidrogénio verde, tirando partido das condições muito favoráveis e competitivas para a sua produção e para o desenvolvimento de cadeias de valor zero-emissões para o mercado doméstico e para exportação; capitalizar estes investimentos infraestruturantes numa política industrial mais alargada, que atraia e dinamize o tecido empresarial e industrial numa trajetória de maior valor acrescentado em produtos verdes e inovadores; criar o mercado nacional do hidrogénio; regulamentar uma certa percentagem de hidrogénio renovável que deve ser injetado na rede nacional de gás natural.
- Cluster da bioeconomia sustentável: potenciar a transição para uma bioeconomia sustentável transformando os processos produtivos, valorizando os recursos endógenos florestais, de base agrícola e marinhos; criar uma forte diferenciação positiva e uma obrigação de utilização dos recursos internos na grande distribuição e a promoção das exportações; tirar partido destes recursos, que geram fluxos residuais que vão ser uma fonte de matéria prima para a bioindústria a nível regional e local, por exemplo nas fileiras do têxtil e do calçado, dos materiais de construção e da resina; investir num projeto de valorização da biomassa florestal residual, assegurando a limpeza da floresta, criando emprego, valorizando os recursos nacionais e alterando o paradigma vigente.
- Cluster do lítio, do nióbio, do tântalo e das terras raras: propiciar um estímulo às empresas para desenvolverem estes recursos, e encontrarem, em particular para o lítio, um processo de tratamento que possa aumentar a sua competitividade e gerar valor.
- Cluster do mar: valorizar e dar sustentabilidade à fileira alimentar do mar, em particular às pescas e às empresas do setor; criar um plano de Investimento direcionado para economia azul; promover o aproveitamento das crostas de níquel, cobalto e manganês, a médio prazo; investir nos sulfuretos polimetálicos, a médio prazo; aprofundar o conhecimento sobre o mar e criar, com base nas estruturas existentes, uma grande Universidade do Atlântico, nos Açores e na Madeira; apoiar o projeto ACT - *Atlantic Lab for Future Technologies*; situar Portugal como o mais importante ator no combate às práticas ilegais no Atlântico Norte; criar, em Lisboa, a Praça Financeira do Mar.

6. A Reconversão Industrial

- Reorientação das cadeias logísticas e de abastecimento: permitir a aquisição e endogeneização nacional de produtos inovadores, devendo ser definidas regras de acesso ao

mercado em função do desempenho ambiental dos produtos. Um requisito importante para os apoios deve ser a capacidade de as empresas cooperarem entre si e criarem simbioses industriais e massa crítica para intervirem no mercado interno e no mercado europeu e global, enquanto privilegiam as cadeias curtas de produção e consumo.

- Indústrias metalomecânicas, de produção de bens de equipamento e desenvolvimento de processos
- Empresas na área da economia circular: explorar os nichos de mercado da economia circular (por exemplo, no âmbito da reciclagem e reutilização dos resíduos), alargando-os a outras áreas da economia circular e contribuindo para o cumprimento dos objetivos ambientais.
- Descarbonização da indústria nacional: desenvolver roteiros setoriais para a descarbonização da indústria; criar incentivos à eficiência energética e de recursos, à eletrificação, à incorporação de hidrogénio renovável, a processos de baixo carbono e à incorporação de modelos de economia circular; criar subprogramas específicos para algumas das indústrias mais poluentes, como as cimenteiras, siderurgias e petroquímicas.
- Reconversão e apoio à transição da indústria automóvel e da mobilidade: dar o salto para o fabrico dos veículos do futuro, pensando de forma integrada todas as políticas públicas nesta área para a transição se efetuar de forma gradual; equacionar políticas de estímulo à procura, através do abate dos segmentos mais antigos e poluentes da frota, com um sistema de incentivos à sua substituição preferencialmente por carros elétricos ou híbridos; incentivar a produção de bicicletas e de autocarros com novas motorizações.
- Apoio à internacionalização das empresas: apostar em campanhas de marketing mais agressivo que atraiam a atenção para Portugal em relação a toda uma gama de produtos e equipamentos incluindo os meios de proteção pessoal que surgiram como resposta à crise (importante também para o turismo); realizar “*Show Rooms Digitais*” de produtos portugueses de vários setores.
- Valorização dos produtos exportados e promoção da marca Portugal: ajudar as empresas e produtos portugueses, multiplicando as iniciativas para promover a “Marca Portugal” criando um selo de certificação do esforço verde da indústria nacional e da aposta em energias renováveis.
- Atração de investimento externo: densificar cadeias de produção e de centros de engenharia.

7. A Transição Energética e Eletrificação da Economia

- Dinamizar as redes energéticas inteligentes: criar um projeto de investimento, em conjunto com as empresas e os operadores da área da energia, para acelerar a digitalização do setor da energia, o desenvolvimento de redes elétricas inteligentes e a adoção de *smart meters*.
- Aposta nas energias renováveis: prosseguir com a promoção leilões de atribuição de capacidade de injeção com origem renovável, para pontos de rede existentes ou a construir, incluindo a introdução da dimensão de armazenamento.
- Autoconsumo e comunidades de energia renovável: criar um programa de apoio à produção renovável descentralizada, para alavancar novos projetos de Comunidades de Energia Renovável (CER) e de autoconsumo, coletivo e individual, abordando as diversas valências necessárias à disseminação destes projetos, incluindo a sensibilização e informação, formação, dinamização dos atores.
- Eletrificação da economia: eletrificar a economia, acompanhada de uma profunda descarbonização do setor electroprodutor, o que implica assegurar a competitividade do preço da eletricidade face às alternativas fósseis, cujo preço deve refletir o impacte ambiental associado à sua utilização. Importa, por isso acabar com as isenções ao consumo de combustíveis fósseis e reforçar a aplicação da taxa de carbono.

8. Coesão do Território, Agricultura e Floresta

- Investimento direcionado para o interior, a economia local e o espaço do *hinterland* ibérico: assentar o plano de recuperação na construção de espaços geoeconómicos integrados e na consolidação dos vários clusters setoriais/ territoriais, potenciando os projetos âncora já desenvolvidos pelas autarquias e o Governo. Em concreto:
 - explorar o conceito de *hinterland* ibérico, baseado nas cidades de fronteira;
 - identificar para as cidades de média dimensão e áreas adjacentes, as suas valências e cadeias de valor, desenvolvendo modelos/ clusters que liguem a economia local, a inovação tecnológica proporcionada pelas universidades;
 - construir uma rede para a valorização económica das culturas agrícolas em Bragança, Douro, Castelo Branco, Santarém e Évora;
 - utilizar o Fundão como âncora para um grande projeto digital, incentivando a ligação a outras cidades portuguesas e espanholas;

- apostar em Viseu, Guimarães e Vila Real como cidades inteligentes (mobilidade inteligente, gestão dos ciclos urbanos, descarbonização e transição energética), para depois vender esse conhecimento nos mercados nacional, europeu e global;
 - consolidar um plano de inovação biomédica na Covilhã e Castelo Branco, que dialogue com Espanha e com o mercado europeu e amplie o raio de alcance dos produtos portugueses;
 - construir, em Elvas, um Centro de Desenvolvimento, Promoção e Valorização de novas culturas e produtos naturais para o mercado nacional e europeu;
 - desenhar um projeto integrado para avaliar as águas termais, as suas características químicas, organolíticas e terapêuticas, identificar o potencial socioeconómico, integrar com a oferta turística local e consolidar um polo de desenvolvimento sustentável, potenciado o recurso existente em locais como Chaves, Vidago, Curia, Pedras Salgadas, Luso, Manteigas, Monchique e São Pedro do Sul;
 - consolidar, no Montesinho, um projeto sustentável de valorização dos recursos naturais da região, de promoção de novas culturas e produtos naturais para o mercado nacional e internacional, incluindo a observação e caracterização biológica, ecológica e paisagística, o estudo das alterações climáticas e impactos na biodiversidade, na qualidade da água e na saúde dos solos;
 - consolidar, no Vale do Côa, um grande polo de valorização da paisagem e do território, com integração na oferta turística virada para a natureza e a valorização dos recursos endógenos;
 - promover a Madeira e os Açores como paraísos da biodiversidade, ligados à diferenciação da oferta turística, à observação e caracterização biológica, ecológica e paisagística, apoiando a proteção das reservas naturais.
- Promoção de “Autarquias-Laboratório”: identificar, reforçar e disseminar as “Autarquias-Laboratório” (como é o caso de Sintra, Viseu e Bragança), que têm plataformas colaborativas, envolvendo autarquias, empresas, Universidades e Politécnicos e Centros Tecnológicos, que servem de motores de transformação e desenvolvimento local.
 - Cidades mais competitivas na economia global: criar duas macrorregiões competitivas globais, utilizando a escala para desenvolver soluções de cidades inteligentes e eficientes, com maior aposta nos sensores, ciência dos dados, inteligência artificial e inovação, para poderem intervir à escala global, envolvendo as autarquias, universidades, empresas, empresas e indústrias, etc.; criar projetos de investimento para as outras cidades (como Aveiro, Braga, Bragança,

- Guimarães, Coimbra, Leiria, Setúbal, Évora, Faro, Guarda), visando promover a sua competitividade baseada numa lógica inteligente adaptada às realidades locais. Devem também ser criados clusters tecnológicos especializados, que atraiam novos habitantes, apoiem a agenda da descentralização, e sejam geradores de riqueza e emprego a nível local.
- Desenhar planos de paisagem: desenvolver o programa de transformação da paisagem dirigido a territórios vulneráveis decorrentes da conflitualidade entre a perigosidade e a ocupação e uso do solo, com o objetivo de promover a transformação coletiva de paisagens mais resilientes, sustentáveis e geradoras de riqueza.
 - Remuneração de serviços de ecossistemas: criar um projeto de investimento centrado no papel da agricultura e floresta na prestação de serviços de ecossistemas, prevendo mecanismos de remuneração desses serviços, em áreas de grande suscetibilidade a incêndios e à desertificação e de elevado valor ambiental.
 - Restauro de ecossistemas: restaurar ecossistemas de referência, como é o caso da Rede Nacional das Áreas Protegidas.
 - Combater a desertificação: canalizar incentivos dirigidos a zonas áridas, semiáridas e subhúmidas, contrariando a expansão das áreas suscetíveis à desertificação e preservando e valorizando os sistemas de gestão sustentáveis, como é o caso do montado ou das culturas extensivas e em mosaico; desenvolver paradigmas alternativos que minimizem o impacto da escassez de água (uso adequado de plantas na recuperação, adensamento e rearborização de áreas, aplicação de técnicas de controlo de vegetação não destrutivas para o solo e de técnicas de utilização de água sustentáveis); utilizar soluções para combater a escassez de água, desde a construção de reservatórios à dessalinização.
 - Estímulo a uma agricultura mais ecológica e sustentável: apoiar a modernização tecnológica das empresas e digitalização dos seus processos de trabalho e apostar na transição para uma agricultura ecológica e sustentável, articulando o apoio com a necessidade de proteção dos solos agrícolas e a valorização das diferentes culturas nacionais.
 - Gestão de recursos hídricos: adaptar as regiões hidrográficas aos riscos de inundações e aos fenómenos de seca, com vista a prevenir os riscos e as consequências de eventos extremos, agravados em contexto de alterações climáticas.
 - Intervenções no litoral: concretizar as intervenções de proteção do litoral e intervenções na linha de costa para reduzir as vulnerabilidades e reforçar a proteção, designadamente reabilitação e reforço das infraestruturas de proteção, reabilitação do sistema costeiro, reforço do cordão dunar e recargas de areia.

- Desenvolvimento de um centro de competências para a gestão de riscos naturais e de saúde pública e aumento da resiliência do país: o papel dos municípios neste plano é crucial, bem como a melhoria da articulação ao nível nacional, regional e local, com o desenvolvimento de um sistema integrado de informação.

9. Um Novo Paradigma para as Cidades e a Mobilidade

- Mobilidade sustentável em cidades mais verdes: acelerar a mobilidade elétrica nas cidades, incluindo a frota de transportes públicos com veículos de zero emissões (elétricos ou a hidrogénio); reforçar a oferta de soluções de mobilidade ativa nas cidades e reorganização da circulação; desenvolver novas soluções de logística urbana, que promovam a descarbonização e aumentem a eficiência do sistema de mobilidade e de entregas, através de soluções e aplicações de micrológica.
- Cidades +: implementar o programa cidades + verdes, de estímulo à criação ou alargamento de espaços verdes multifuncionais, privilegiando iniciativas em aglomerados de elevada densidade urbana, com carência de espaços verdes e com problemas de qualidade do ar e ruído; promover a iniciativa ecobairros, de apoio a atividades de proximidade associadas à promoção e disseminação de cadeias curtas de produção e consumo, circulares e descarbonizadas, dinamizando o mercado de produtos locais e sustentáveis; concretizar as medidas dos planos de melhoria de qualidade do ar e criação de zonas de emissões reduzidas para abordar os pontos mais poluídos do país em termos de qualidade do ar.
- Edifícios Sustentáveis: lançar uma nova geração de programas de reabilitação urbana nas áreas metropolitanas e em cidades de média dimensão do interior, incluindo o edificado e o espaço público, dinamizando não só a recuperação das cidades, mas promovendo também o emprego e a inclusão social; reabilitar, tornar os edifícios descarbonizados, energeticamente mais eficientes e promover a adoção de energia de fontes renováveis.
- Promoção da habitação de longa duração e comércio local em cidades: apoiar o retorno dos habitantes aos centros urbanos com vista ao arrendamento de longa duração.

10. Cultura, Serviços, Turismo e Comércio

- Cultura, criatividade e inovação: criar um programa de apoio às artes visuais e arte pública nas infraestruturas e equipamentos públicos; promover a criatividade, tecnologia e digitalização (através da criação de um fundo público para a criatividade digital, de incubadoras próprias, de um programa nacional de investigação e desenvolvimento para fileiras altamente

especializadas na área da cultura, de um laboratório em rede para a investigação dedicada à valorização do património cultural e de um programa para financiamento de digitalização de conteúdos e obras artísticas); criação de redes artísticas, como uma rede nacional de cinesclubes e cineclubes, uma rede nacional de arte contemporânea; e uma rede de residências artísticas; implementar a iniciativa “Saber Fazer Português”: Artes e ofícios tradicionais, que inclui a criação de um “centro tecnológico saber fazer” e de um programa de apoio ao desenvolvimento de negócios locais; alinhar a eco arte com o património natural e cultural, através da criação de uma rede de eco residências artísticas em espaços e património público; da promoção de um programa arte e floresta e de um plano nacional para a integração dos patrimónios cultural e natural, visando a reabilitação e dinamização dos muitos monumentos e museus do país que integram património cultural com património natural e que podem ser importantes ativos para o desenvolvimento económico e a coesão territorial;

- Apoio ao comércio: criar um programa de ajuda financeira direta às pequenas e médias empresas de comércio a retalho que promovam a oferta de produtos nacionais.
- Incentivos à reparação de equipamentos: criar o programa “Portugal repara”, de incentivos à reparação de equipamentos, orientada para facilitar a ligação entre o consumidor e as empresas de serviços de reparação, essencialmente as micro e pequenas e médias empresas.
- Turismo: promover programas de atração de turistas, com base nas valências que Portugal apresenta em termos da sua diversidade geográfica e paisagística, de forma diversificada e em articulação com outros setores da economia; desenvolver o turismo rural e de natureza, mobilizando os operadores desta área e de outros setores.

IV. PRÓXIMOS PASSOS

A denominada Visão Estratégica encontra-se em consulta pública até 21 de agosto de 2020, importando agora enriquecê-la e completá-la com a perspetiva e participação das autarquias locais, em especial dos municípios.

Nesse sentido, considera-se indispensável a audição dos municípios, até ao próximo dia 14 de agosto, de forma a darem o seu contributo para que a proposta da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) seja a mais robusta e participada possível.

Associação Nacional de Municípios Portugueses

28 de julho 2020